



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Artigo/Article

YARIPO ECOTURISMO YANOMAMI: GESTÃO COMUNITÁRIA E ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NA VISITAÇÃO AO PICO DA NEBLINA (AM), BRASIL

YARIPO YANOMAMI ECOTOURISM: COMMUNITY MANAGEMENT AND INTERINSTITUTIONAL ARTICULATION IN THE VISIT TO PICO DA NEBLINA (AM), BRAZIL

Lana Mignone Viana Rosa¹

Susy Rodrigues Simonetti²

Luciana Yucari Uehara³

Marcos Wesley de Oliveira⁴

Erica Vilela Figueiredo⁵

RESUMO: Este artigo apresenta os desafios do turismo indígena, o papel das parcerias e os caminhos encontrados para seu desenvolvimento na iniciativa denominada Yariipo Ecoturismo Yanomami, nos limites da Terra Indígena Yanomami, em Maturacá, município de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, Brasil. Essa região também recebe a proteção de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional do Pico da Neblina ou Yariipo, para o povo Yanomami. Além do interesse em regularizar o turismo e de tomarem para si o protagonismo da visita, conflitos com operadoras de turismo e com os militares estão na raiz desse movimento emancipador. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, empírica, baseado em

¹Atuou como assessora do Yariipo Ecoturismo Yanomami pelo Instituto Socioambiental (ISA). Mestre em Ciências Ambientais e Conservação (UFRJ). E-mail: lanamvrosa@gmail.com

²Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1117-647X>. E-mail: ssimonetti@uea.edu.br.

³Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Mestre em Biologia Vegetal (Unicamp). E-mail: luciana.uehara@icmbio.gov.br

⁴Coordenador Geral do Programa Rio Negro pelo Instituto Socioambiental (ISA). Graduado em Teologia. E-mail: marcos@socioambiental.org

⁵Coordenadora do Yariipo Ecoturismo Yanomami. Graduada em Licenciatura Indígena. E-mail: vilelafigueiredo90@gmail.com





pesquisas bibliográfica e documental, e observação participante em reuniões diversas, assembleias, eventos e em momentos festivos ou não, entre março de 2022 e abril de 2024, no que se entende como uma versão indígena do Turismo de Base Comunitária (TBC). Essa etnicidade orientada para o turismo tem ênfase no planejamento, na gestão e no protagonismo das comunidades indígenas de Maturacá na visita ao Yaripo, com o apoio de importantes atores sociais, governamentais e não governamentais, nesse processo, sendo a proteção do território, o fortalecimento da identidade, da cultura e de seu forte componente ancestral os propósitos do turismo indígena. Alguns desafios do turismo indígena no Yaripo são a comunicação com a coordenação do projeto devido à qualidade da internet na aldeia e as barreiras referentes à língua que limitam a negociação com estrangeiros; o papel dos atores sociais é relevante e de suporte à iniciativa, agregando diferentes discursos; e os caminhos encontrados avançam para pensar o turismo indígena para além de uma fonte de renda, mas no sentido de combater o garimpo ilegal e assegurar os modos de vida no território Yanomami. **Palavras-chave:** Gestão territorial; Gestão comunitária; Turismo de base comunitária indígena; Áreas protegidas; Yanomami; Pico da Neblina.

ABSTRACT: This article presents the challenges of indigenous tourism, the role of partnerships and the paths found for its development in the initiative called Yaripo Ecoturismo Yanomami, on the limits of the Yanomami Indigenous Land, in Maturacá, municipality of Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, Brazil. This region also receives the protection of an Integral Protection Conservation Unit, the Pico da Neblina (called Yaripo by the Yanomami) National Park. In addition to the interest in regularizing tourism and taking the leading role in visitation, conflicts with tour operators and the military are at the root of this emancipatory movement. This is a case study, with a qualitative, empirical approach, based on bibliographical and documentary research, and participant observation in meetings, assemblies, events and in festive or non-festive moments, between March 2022 and April 2024, in which It is understood as an indigenous version of Community-Based Tourism. This tourism-oriented ethnicity has an emphasis on planning, management and the leading role of Maturacá's indigenous communities in Yaripo visiting, with the support of important social actors, governmental and non-governmental, in this process, with the protection of the territory, the identity, culture and its strong ancestral component the purposes of indigenous tourism. Some challenges of indigenous tourism are communication with project coordination due to the internet quality in the village and language barriers that limit negotiation with foreigners; the role of social actors is relevant and supportive of the initiative, bringing together different discourses; and the paths found advance towards thinking about indigenous tourism beyond just a source of income, but towards combating illegal mining and ensuring ways of life in the Yanomami territory. **Keywords:** Territorial management; Community management; Indigenous tourism; Protected areas; Yanomami; Pico da Neblina.

INTRODUÇÃO

O extenso território banhado pelo rio Negro e seus afluentes é habitado por uma diversidade de povos indígenas, desde a região conhecida como Baixo, passando pelo Médio até o Alto rio Negro. São cerca de 22 povos indígenas pertencentes a três famílias linguísticas diferentes: Tukano Oriental, Arawak e Naduhupy. Mas há um grupo vizinho que faz parte de outro complexo cultural, os Yanomami de Marauíá e de Maturacá, no Amazonas (Dias, Barroso & Soares, 2023), sendo este povo e esta última região, o foco do nosso estudo.



Os Yanomami têm, tradicionalmente, ocupado uma vasta área de floresta tropical na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, na região do interflúvio Orinoco-Amazonas, com uma alimentação diversificada que combina produtos da roça, caça, peixes e crustáceos, e uma infinidade de alimentos encontrados na floresta, como frutas, palmitos, tubérculos silvestres, castanhas, cogumelos, lagartas e insetos. Os Yanomami orientais e ocidentais habitam casas plurifamiliares em forma de cone ou de cone truncado chamado *yano* ou *xapono*, já os Yanomami do norte e nordeste, constituem as aldeias compostas de casas do tipo retangulares (Albert, 2018).

Maturacá é uma região na Terra Indígena Yanomami (TIY), localizada à esquerda do rio Negro beirando o rio Maturacá, um rio de águas escuras que após percorrer cerca de 10 km, mistura-se com as águas claras do rio Cauaburis, e situa-se na divisa entre os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, ambos no Amazonas (Ferreira, 2017). Essa região, situa-se em um campo interétnico, no dizer de Ferreira (2017), pois estão presentes o 5º Pelotão de Fronteira do Exército brasileiro; a Missão Salesiana (contam com uma escola, um centro e uma paróquia); o Polo-Base do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) e outros atores e instituições que frequentam a região de acordo com suas atividades na TIY. Maturacá também pode designar todas as comunidades, situadas nas proximidades das margens do canal de mesmo nome e no sopé da Serra do Padre, chamada por eles de *Opota*. Nessa região, Yanonami (com “n” ao invés de “m”) é o termo de autodesignação utilizado pelos seus moradores (Goulart, 2020a).

A Terra Indígena Yanomami foi homologada em 1992, após um longo processo de luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais desse povo, marcado pelas fronteiras extrativista, missionária, projetos de desenvolvimento lançados pelos governos militares da época, e invasão garimpeira sobretudo a partir dos anos 1980 (Goulart, 2020a). Mas a partir de fins de 2018, estendendo-se até os dias atuais, esse garimpo ilegal resultou em impacto ambiental e caos humanitário sem precedentes, amplamente noticiado pelos meios de comunicação, levando o governo brasileiro a declarar, em 20 de janeiro de 2023, emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Ministério da Saúde, 2023).

É na TIY que está abrigado o Yaripo ou a “Montanha dos Ventos de Tempestade”, chamado pelos *napëpë* (brancos, inimigos, estrangeiros) de Pico da Neblina. O Pico da Neblina está localizado na Serra do Imeri, é o ponto culminante do Brasil (2.995m de altitude), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), e está localizado em uma área protegida criada pelo governo federal através do Decreto n. 83.550 de 05 de junho de 1979, o Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina (ICMBio, 2022).

Para os Yanomami, *urihi*, a terra-floresta, não é um mero espaço inerte de exploração econômica (o que chamamos de “natureza”). Trata-se de uma entidade viva, inserida em uma complexa dinâmica cosmológica de intercâmbios entre humanos e não-humanos. Ela tem uma imagem essencial (*urihinari*), um sopro (*wixia*), bem como um princípio imaterial de fertilidade (*në rope*). Os animais (*yaropë*) que abriga são vistos como avatares dos antepassados míticos homens-animais da primeira humanidade (*yaroripë*) que acabaram assumindo a condição animal em razão do seu comportamento descontrolado, ou a inversão das regras sociais. Nas profundezas emaranhadas da *urihi*, nas suas colinas e nos seus rios, escondem-se inúmeros seres maléficos (*në waripë*), que ferem ou matam os Yanomami como se fossem caça, provocando doenças e mortes. No topo das montanhas, moram as imagens (*utupë*) dos ancestrais-animais transformadas



em espíritos xamânicos *xapiripë*, deixados por *Omama* para que cuidassem dos humanos (Kopenawa & Albert, 2016).

Assim, com vistas a proteger esse território considerado sagrado pelos Yanomami, fundamental não apenas para a garantia dos recursos necessários para a sua sobrevivência, mas também para o equilíbrio do mundo e o controle das forças que promovem a sua ordem cosmológica - a fúria dos trovões e dos ventos de tempestade, a regularidade da alternância do dia e da noite, da seca e das chuvas, a abundância da caça, a fertilidade das plantações -, o ecoturismo foi escolhido como uma alternativa ao garimpo.

A partir de 2012, com a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e, com uma cadeira no conselho consultivo do PARNA do Pico da Neblina, os Yanomami cogitaram a ideia e passaram a discutir a visitação ao Yariipo, tentando afastar a visita ilegal de visitantes ao Parque, que culminou no seu fechamento em 2003. Para tanto, foram estabelecidos diálogos, reuniões, eventos e parcerias para se chegar ao ecoturismo de base comunitária indígena, nome constante no Plano de Visitação do Yariipo (2017; 2021; 2022). Neste artigo, a iniciativa sob a gestão dos Yanomami será denominada turismo indígena, ecoturismo de base comunitária indígena ou Yariipo Ecoturismo Yanomami, título do Plano de Visitação.

As instituições relacionadas a seguir são denominadas "parceiras" da iniciativa e alguns representantes compõem o grupo de autores que, em face de sua atuação no TIY e na construção dos instrumentos norteadores do turismo indígena, são atores imprescindíveis que apresentam como ocorrem a gestão comunitária e a articulação interinstitucional do Yariipo Ecoturismo Yanomami, quais sejam: Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) e Associação das Mulheres Yanomami Kumirâyôma (AMYK), proponentes do plano de visitação; Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e Instituto Socioambiental (ISA).

Diante desse complexo contexto, questiona-se: como ocorre a construção do ecoturismo sob a gestão dos Yanomami em meio aos desafios do protagonismo indígena? Qual o papel das parcerias interinstitucionais nesse contexto? Com o objetivo de apresentar os desafios do turismo indígena, o papel das parcerias e os caminhos encontrados para seu desenvolvimento, este estudo de caso apresenta um relato empírico da experiência junto à construção da iniciativa Yariipo Ecoturismo Yanomami, baseado na observação participante em reuniões diversas, assembleias, eventos e em outros momentos festivos ou não, ao longo do ano de 2022 até abril de 2024, além das pesquisas bibliográfica e documental.

É importante mencionar que o que nos motivou a escrever este trabalho foi possibilitar a produção de conhecimento sobre uma iniciativa tão importante que dá relevância ao protagonismo indígena do povo Yanomami, que leva em consideração seu desenvolvimento com base na natureza e na sua cultura ancestral, em um território tão diverso que se utiliza do turismo indígena, sob a gestão das comunidades de Maturacá, como alternativa contra hegemônica às ameaças sofridas no território.

Dessa forma, o artigo dialoga sobre o ecoturismo de base comunitária e a etnicidade Yanomami, apresentando o papel dos principais parceiros, das associações de base, apontando as percepções daqueles que protagonizam a experiência do turismo indígena.



TURISMO E ETNICIDADE YANOMAMI

Turismo indígena é um termo que vem sendo usado no Brasil para se referir às práticas de turismo em Terras Indígenas (TI) promovidas pelas comunidades locais, e mesmo que as atividades turísticas sejam desenvolvidas fora das TI, ainda serão caracterizadas como turismo indígena se a cultura e a identidade de uma determinada etnia ainda for o propósito das atividades. Nesses casos, podemos afirmar que é a versão indígena do Turismo de Base Comunitária (TBC). O termo turismo indígena foi criado para enfatizar o protagonismo indígena nas atividades de visitação, sendo suas comunidades e/ou associações responsáveis pela gestão do empreendimento e por compartilharem suas tradições e costumes ao promoverem sua cultura, levando ao reconhecimento identitário.

Outra característica do turismo indígena é seu propósito político, pois pretende-se que o convívio com os indígenas proporcione aos visitantes uma experiência transformadora, que os conscientize sobre a riqueza da diversidade étnica no Brasil e os mobilize a defender os direitos dos povos originários, especialmente sobre seus territórios. A visitação em TI tornou-se possível no Brasil com a publicação da Instrução Normativa nº 3 (IN nº 3), em 11 de junho de 2015 pela Funai. Antes disso, a visitação era ilegal e, quando acontecia, na maioria das vezes, tinha como protagonistas atores externos, com pouca ou nenhuma contribuição às comunidades indígenas (Faria, 2005).

Na visão de Boyer (2003, p. 16), o turismo foi inventado, ele se realiza em outro local que não o de moradia do indivíduo e não visa a satisfação de suas necessidades vitais, trata-se de um “[...] produto da evolução sociocultural [...]” da sociedade industrial. Sob o ponto de vista deste estudo, turismo é um fenômeno que se fundamenta no deslocamento voluntário, por meio das viagens, com o intuito de atender aos vários objetivos (ocultos ou bastante claros) dos visitantes. Para se concretizar como prática social, envolve diversos elementos e indivíduos gerando fatos econômicos, culturais e sociais. Nesses encontros entre visitantes e visitados, efeitos negativos e positivos são gerados para ambas as partes.

Como os efeitos negativos do turismo são muito mais propalados que os positivos, para se evitar a “síndrome do zoológico” (Krippendorf, 2009, p. 90), turistas e população local se observando sem que de fato haja um encontro de ambos, na década de 1980 um outro turismo começou a ser pensado: o turismo sustentável, surgido no bojo das discussões sobre desenvolvimento sustentável. O termo passa a ser compreendido como uma alternativa ao turismo devastador praticado pelos “devoradores de paisagens” (Krippendorf, 2009, p. 100), que exploravam o ambiente natural e as populações locais sem preocupação ou responsabilidade para com ambos.

Diante dessa complexidade do fenômeno turístico, a “promoção do 'outro' parece de extrema relevância para a antropologia (inclusive a aplicada) na medida, principalmente, em que isso tem se configurado tanto como alternativas econômicas valiosíssimas para as comunidades turísticas quanto para a própria revitalização cultural dessas populações [...]” (Grünewald, 2003, p. 143).

Entre as diversas modalidades de turismo, a academia tem se debruçado sobre os estudos que envolvem o turismo e a cultura e, neste artigo, o turismo étnico (etnoturismo) ou turismo indígena, sob a gestão dos Yanomami da região do Alto Rio Negro, ganha destaque, considerando que “en el caso específico del turismo étnico, este empieza a ser considerado por algunos autores, como un camino alternativo al



denominado turismo de massa e um caminho possível para o reconhecimento de povos e populações tradicionais" (Souza et al., 2021, p. 310).

Quando nos referimos às etnicidades, estamos afirmando que "são fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico" (Grünewald, 2003, p. 145). O mercado turístico abriu suas portas nos últimos anos e tem atraído cada vez mais populações tradicionais e povos indígenas a se inserirem na busca pelo desenvolvimento local que o turismo em suas comunidades pode possibilitar (Simonetti & Porto, 2020). É nesse sentido que as "novas etnicidades" são acionadas, mas é importante notar que

são movimentos localizados de emergência de novos sujeitos sociais, novas etnicidades, novas comunidades em posições subalternas que tentam falar de si mesmos contra o mundo anônimo e impessoal das forças globalizadas presentes na diversidade do mundo pós-moderno. A etnicidade, aí, seria o lugar ou o espaço necessário a partir do qual as pessoas falam (Grünewald, 2003, p. 144).

Nesse cenário, em que estão presentes distintas singularidades culturais, formam-se comunidades étnicas⁶, turísticas⁷ e etnoturísticas⁸, sendo "todas essas esferas legítimas em suas especificidades" (Grünewald, 2003, p. 156). Sendo assim, se pensarmos que existe uma etnicidade entre os Yanomami - a distintividade da identidade desse povo é caracterizada por sua origem, história, cultura - envolvidos com a temática do turismo, como será apresentado neste estudo, podemos afirmar que a experiência de turismo étnico ou turismo indígena é, de fato, o que se pode proporcionar ao visitante naquele território, denominada por eles de ecoturismo de base comunitária no Yariipo.

No caso dos Yanomami, além do interesse em regularizar o turismo e de tomarem para si o protagonismo da visitação, conflitos com operadoras de turismo e com os militares estão na raiz desse movimento emancipador. De toda forma, a etnicidade mobilizada para o ecoturismo de base comunitária dos Yanomami, aponta para o protagonismo indígena, para a preservação da cultura e proteção do território indígenas, para a conservação dos recursos ambientais e o forte componente ancestral desse povo.

Durante as etapas de construção do Plano de Visitação (AYRCA e AMYK, 2017), as discussões levaram em consideração diversas modalidades de turismo, mas convergiram para o ecoturismo de base comunitária, atividade que poderia além de gerar renda para os Yanomami, ser uma possível alternativa ao garimpo ilegal em seu território, e que atendia à IN nº 3/2015 da Funai que, em seu artigo 1º esclarece que "ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas,

⁶ Definidas por Weber (1997, p.319) como "grupos humanos que, em virtude de semelhança no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum (...) sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva."

⁷ Os membros de *comunidades étnicas* podem se inserir em atividades turísticas, formando, junto com outros membros da comunidade étnica e outros que não o são, *comunidades turísticas*.

⁸ Os membros da comunidade étnica envolvidos nesse processo e mais todos aqueles de fora da comunidade, mas que também estão envolvidos nessa promoção do turismo étnico, formam todos a *comunidade etnoturística*.



de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo" (Funai, IN nº 03/2015).

O TBC deve ser compreendido como uma forma endógena de se fazer a gestão do turismo, tendo como protagonistas os atores sociais das comunidades envolvidas, na busca pela proteção de seus patrimônios natural e cultural (Simonetti, Nascimento & Chaves, 2018).

O ecoturismo seria o segmento do turismo, praticado de modo responsável/sustentável na natureza, que busca maior interação com ela, minimização de impactos, considera a importância da interpretação, da educação e da valorização das comunidades locais (Martins & Silva, 2018). Já o ecoturismo indígena "é aquele praticado dentro das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos onde a comunidade é a principal beneficiada" (Faria, 2005, p.73).

Com vistas a apresentar a iniciativa no território Yanomami, é importante conhecer como a visitação foi regulamentada.

YARIPO E O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

De acordo com estudo realizado em 2020 (Ferreira, Machado & Senra), identificou-se que termo Yanomami está conectado a uma família linguística amazônica composta por seis línguas⁹, anteriormente identificadas como quatro, sendo que cada uma está subdividida em diversos dialetos (Kopenawa & Albert, 2016; Goulart, 2020).

O etnônimo "Yanomami" foi produzido pelos antropólogos a partir da palavra yanōmami que, na expressão yanōmami thēpē, significa "seres humanos". Essa expressão se opõe às categorias yaro (animais de caça) e yai (seres invisíveis ou sem nome), mas também a napē (inimigo, estrangeiro, branco). (Albert, 2018).

Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores, agricultores e coletores do Norte da Amazônia e os grupos doméstico-familiares, ligados por laços de parentesco ou não, formam as comunidades que "variam em população, disposição e formato das habitações" (Goulart, 2020a, p. 87). As comunidades locais podem ainda ser constituídas "desde poucas dezenas de pessoas – em casas coletivas circulares ou retangulares – até por algumas centenas delas, morando em casas familiares arranjadas em formato circular ao redor de uma praça ou espaço central" (Goulart, 2020a, p.87).

O povo indígena Yanomami nomeia o Pico da Neblina de Yaripo, que em sua língua significa "Montanha dos Ventos de Tempestade". É lugar sagrado para os Yanomami por ser moradia dos espíritos (*xapiripē*), que protegem aquele ambiente (Albert, 2018). Além da proteção dos *xapiripē*, o Yaripo também é protegido por estar dentro da Terra Indígena Yanomami e por fazer parte do PARNA do Pico da Neblina. Um dos objetivos básicos de um Parque, segundo o artigo 11 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei nº9985/2000), é promover "a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". Portanto, o Yaripo conta com uma tripla proteção - dos *xapiripē*, da

⁹ Yanomami ou Yanonami; Yanomam ou Yanomae ou Yanomama ou Yanomami; Sanōma; Ninam; Yaroamē; Yānoma.



TIY e do PARNA -, fazendo-se primordial a aplicação de um instrumento que estabeleça normas e diretrizes para a sua visita considerando essas três dimensões.

A IN nº 03/2015 da Funai determina também que, para que o turismo em TIs aconteça de forma regulamentada, é necessária a elaboração de um Plano de Visitação a ser apresentado ao órgão, considerando funções, aspectos geracionais e de gênero, plano de negócios simplificado, entre outros elementos que visam, por meio de planejamento, detalhar a viabilidade da iniciativa. De acordo com esse documento,

[...] o forte desejo dos Yanomami de tornar realidade o ecoturismo ao Yaripo como empreendimento próprio, conquistou o apoio de parceiros estratégicos que passaram a apoiar a construção do Plano. ICMBio, Funai, Exército, Sematur (Secretaria de Turismo do município de São Gabriel da Cachoeira) e ISA (Instituto Socioambiental) entraram na trilha aberta pelos Yanomami rumo ao Yaripo, acreditando no potencial da iniciativa como atividade econômica sustentável para os Yanomami. Perceberam que a promoção do ecoturismo ao Yaripo está em sintonia com a missão de cada instituição, contribuindo com a proteção da fronteira e da sociobiodiversidade, e promovendo o bem-estar dos Yanomami. O Yaripo tornou-se um aglutinador de bons interesses, onde a sobreposição de Terra Indígena e Unidade de Conservação significa dupla proteção, sendo o Plano de Visitação o resultado de um processo colaborativo com responsabilidades compartilhadas entre os Yanomami e as instituições governamentais e não governamentais parceiras (AYRCA e AMYK, 2021, pp. 11-12).

A primeira versão do Yaripo Ecoturismo Yanomami - Plano de Visitação (AYRCA e AMYK, 2017, p. 47), atendendo ao que foi determinado pela já citada instrução normativa, identifica no item 8 os "Parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições". Nessa versão, são citados como parceiros a Funai, ICMBio, o Exército Brasileiro¹⁰, a Secretaria Municipal de Turismo do Município de São Gabriel da Cachoeira (SEMATUR) e o ISA. A versão de 2022 apresenta uma atualização dos parceiros e de suas atribuições, incluindo a participação da FOIRN e retirando a secretaria municipal, que após um período de muito envolvimento, passou a ter pouca atuação junto ao ecoturismo.

O turismo também está previsto no Plano de Manejo (ICMBio, 2022) do PARNA do Pico da Neblina, cujo histórico de elaboração está atrelado ao contexto de visita do Parque. Em 2003, o Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas¹¹ recomendou a suspensão da visita no Parque e a urgência na elaboração do referido documento,

¹⁰ No território de Maturacá está instalado o 5º Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Historicamente, a presença do exército tem influência nas atividades e projetos desenvolvidos na região, de forma intensa ou mais reservada, a depender do comando atuante. Em junho de 2022, o Exército enviou à AYRCA e instituições parceiras do Yaripo um ofício destacando que, não é de competência das forças armadas a participação ou apoio à atividade turística, destacando a condicionante apresentada pela Funai na carta de anuência n.º 01/2022 para o Yaripo Ecoturismo Yanomami - "o plano de visita não deverá criar competências, atribuições ou responsabilidades a quaisquer órgãos públicos". Desde então, o Exército teve sua atribuição como parceiro limitada à fiscalização do território.

¹¹ Desde 2000, sobretudo por meio do Procedimento no 1.00.000.009134/2000-49, Inquéritos Civis Públicos no 1.13.000.000686/2001-86 e no 1.13.000.000692/2006-86 e Portaria PRDC no 09/2003, o MPF/AM tem efetuado apurações e recomendações ao IBAMA, ICMBio e FUNAI acerca do turismo no Pico da Neblina/TIY, com o fito de salvaguardar os atributos ambientais do PARNA e os direitos e modo de vida do povo Yanomami, ambos vulnerabilizados no contexto de atividades de turismo e visita então praticados de forma irregular e desordenada (ICMBio, 2022, p. 70).



considerando, principalmente, o potencial turístico da região e o interesse das lideranças indígenas pelo turismo, em face à dupla afetação.

Goulart (2020b) comenta que o Projeto Yaripo, como é chamado pelo grupo mais próximo de atores envolvidos, sendo de autoria dos Yanomami como forma de se adequar às exigências dos órgãos governamentais responsáveis para a gestão de seu território, é também construído por meio de alianças estratégicas das lideranças Yanomami junto ao grupo de instituições localmente denominado como “parceiros”. Ao longo deste trabalho utilizaremos essa denominação para nos referir ao conjunto de instituições com as quais as associações AYRCA e AMYK desenvolvem conexões de longa data, e que operaram com maior destaque, gerando interações entre si e com a comunidade de Maturacá, no período inicial de dois anos em que o projeto está aberto para visita. Essa articulação interinstitucional se delineou ao longo dos anos de gestão do ecoturismo de base comunitária dos Yanomami, evoluindo de acordo com um cenário mais amplo que envolve o movimento político, ambiental, indígena e indigenista no Brasil, no qual o TBC ganha cada vez mais espaço nas mesas de discussão sobre sustentabilidade dos territórios indígenas.

Gomez (2022, p. 336), ao tratar das alternativas econômicas utilizadas pelos Yanomami para acesso a bens produzidos pela sociedade não indígena, inclui o ecoturismo entre as atividades que compõem “uma nova economia na floresta”. Envolvendo manejo territorial não predatório, conhecimento tradicional e organização social, o autor defende que os projetos desenvolvidos pelos Yanomami no seu território, dialogam com o campo da bioeconomia, tendo como base dessa cadeia de valor a estrutura das associações indígenas. Esse “corpo de gestão local conformado por responsáveis pelas diferentes etapas da cadeia” (Gomez, 2022, p. 336), articula internamente entre comunidades e realiza mediação com apoiadores. Ainda segundo o autor, é preciso investir tempo nos processos de amadurecimento entre as diferentes camadas que compõem uma iniciativa como o Yaripo, consolidando os espaços de governança entre comunidades, regiões, associações e organizações de apoio para estruturação de modelos eficientes de gestão local.

A disponibilidade de redes amplas de aliança é capitalizada politicamente pelas lideranças, pelas trocas de bens e serviços de forma segura, harmoniosa e abundante. Esses intercâmbios, que tem fins econômicos, mas também políticos, se materializam espacialmente a partir da identificação de caminhos de interconexão e fluxo dos bens e relações. (Gomez, 2022, pp. 329-330)

Com o intuito de apresentar o funcionamento do Yaripo Ecoturismo Yanomami e a rede de articulação institucional que dá suporte à iniciativa, iniciaremos com a concepção empírica do artigo.

A CONCEPÇÃO DESTE ARTIGO

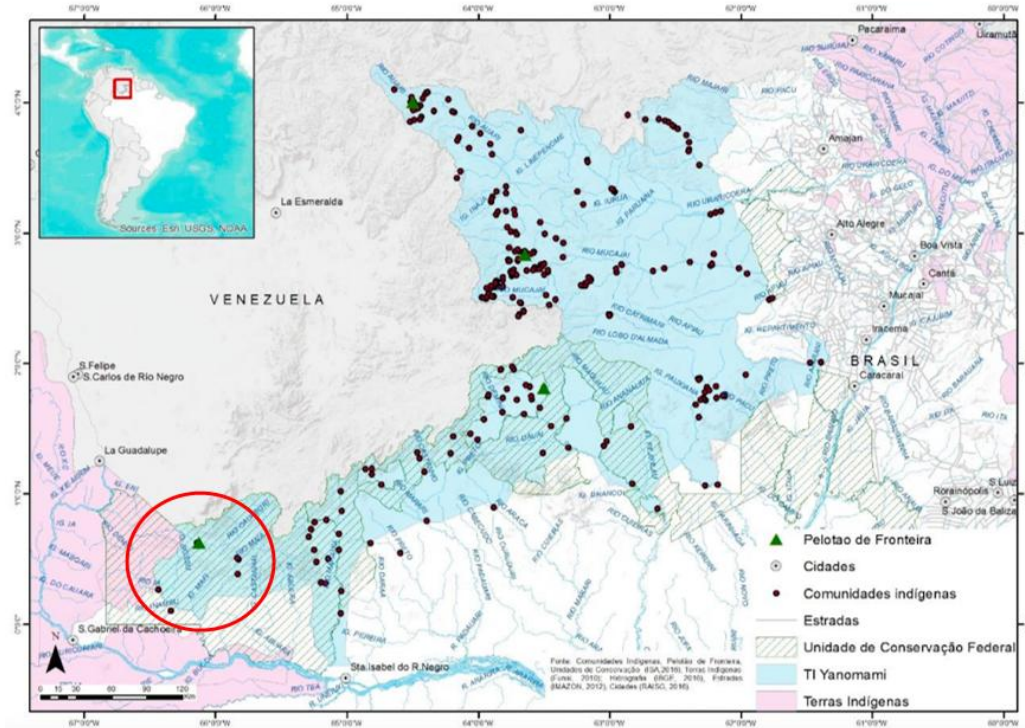
Na região de Maturacá (AM), utiliza-se o termo *Yanonami* (com “n” ao invés de “m”), é uma autodesignação utilizada pelos moradores cujo idioma constitui uma variação da língua *Yanômami* (Goulart, 2020a, p.87). A TIY (Figura 1) foi homologada por decreto presidencial em 25 de maio de 1992, sendo a maior TI do Brasil, com 9,6 milhões de hectares. Localizada no extremo noroeste do Brasil, na fronteira com a Venezuela, é também a TI mais populosa do país, segundo dados do Censo do IBGE (2022), com 27.152 pessoas distribuídas em mais de 300 comunidades. Já o Distrito





Sanitário Especial Indígena (DSEI Yanomami, 2023) registra uma população total de 41.731 pessoas, sendo 30.390 vivendo nos estados do Amazonas e Roraima e 11.341 na Venezuela (INE, 2011)¹².

Figura 1 - Terra Indígena Yanomami (TIY), com destaque para a região de Maturacá.



Fonte: ISA, Relatório Executivo, 2016. Adaptado pelos autores.

É na região de Maturacá que ocorre a sobreposição desse território com o PARNA do Pico da Neblina. O PARNA foi criado em 1979 com o objetivo de proteger a riqueza natural da região amazônica e controlar a ocupação desenfreada das fronteiras no norte do país. No entanto, a criação da UC não foi negociada com os povos indígenas que habitavam a área, gerando diversos conflitos (Smiljanic, 2004). No contexto histórico do Brasil, sob a ditadura militar (1964-1985), a criação do PARNA foi marcada por uma visão de Amazônia sintetizada em expressões como “vazio demográfico”, utilizada como justificativa para lemas como “integrar para não entregar” (Brito, 2001; Harris, 2006). Somente após muita organização e luta, os povos indígenas conseguiram paulatinamente o reconhecimento de seus territórios.

As atividades de visitação no PARNA foram iniciadas na década de 1980, tendo como objetivo a ascensão ao Pico da Neblina. A tensão aumentou quando a visitação se popularizou com agências de turismo operando de forma desordenada e invasiva, explorando os povos indígenas. Diante de denúncias de conflitos, para impedir a degradação ambiental e a violação dos direitos das comunidades Yanomami, a visitação ao Yariipo foi fechada em 2003 por recomendação do Ministério Público Federal (MPF) e determinação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão gestor do PARNA Pico da Neblina na época (Smiljanic, 2004). A reabertura somente seria possibilitada com o ordenamento da visitação, por meio da elaboração de Plano de Manejo da UC (ICMBio, 2022).

¹² Quadro Geral dos Povos (https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos).



Em 2007, foi criado o ICMBio, autarquia responsável pela gestão de UCs federais, sendo vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com a criação do órgão e a lotação de nova equipe de servidores na sede do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), houve a retomada de iniciativas para fortalecimento da governança dos povos indígenas e abertura de diálogo com a gestão do PARNA do Pico da Neblina (Bocarde, Uehara & Ramos, 2015).

Em 25 de junho de 2012, foi publicada a Portaria nº 75, que criou o Conselho Consultivo do Parque, e para assegurar a participação de conselheiros representantes dos povos indígenas presentes nas diversas comunidades sobrepostas ao PARNA, dividiu-se a área em sete setores etnoterritoriais. No ano seguinte, a gestão implementou a Câmara Temática do Ecoturismo, instância vinculada ao Conselho, com a finalidade de capacitar as comunidades locais e reativar o turismo na unidade, observando a autonomia e as formas de organização próprias das 14 etnias (Desana, Karapanã, Kubeo, Pira-tapuya, Tariano, Tukano ou Ye'pâ-Masã, Tuyuka, Baniwa, Kuripako, Yanomami, Baré, Yepamasã, Werekena e Hupdah) que habitam a região em quatro Terras Indígenas (Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro II e Yanomami) com interface territorial à UC.

É diante desse cenário que este artigo, estabelecido como um estudo de caso, foi concebido, trazendo em seu propósito fundamental apresentar uma reflexão analítica do contexto estudado ao contribuir no campo da pesquisa avaliativa (Yin, 2005). O estudo de caso foi aplicado nessa investigação de fenômenos sociais contemporâneos, sem se manipular comportamentos relevantes que influenciam e/ou alteram o objeto de estudo. O método nos possibilitou lidar com uma ampla variedade de evidências, provenientes de análise documental, visitas de campo, entrevistas e observação participante. Com raízes na pesquisa etnográfica tradicional, a observação participante consistiu na inserção de quatro dos cinco autores no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os Yanomami, buscando partilhar o seu cotidiano, como orienta Marietto (2018).

Sendo assim, trata-se de um estudo empírico, considerando a experiência dos autores nas diferentes fases de construção do ecoturismo Yanomami, sendo também atores do arranjo de parceria aqui relatado sem, entretanto, esgotar os olhares possíveis de outros parceiros atuantes. Os representantes de algumas das instituições que atuaram em diferentes fases da iniciativa são também autores desse estudo, o que possibilitou que a observação participante em reuniões diversas, assembleias, eventos e em outros momentos, festivos ou não, junto ao Yariipo Ecoturismo Yanomami, fosse mais efetiva.

O monitoramento de dados do ecoturismo de base comunitária Yanomami ou Yariipo Ecoturismo Yanomami foi realizado pela coordenação do Yariipo e pelas diretorias da AYRCA e da AMYK ao longo de dois anos (março de 2022 a abril de 2024) de visita analisados neste artigo, sendo compostos por listas de equipe e anotações de vendas de alimentos e artesanatos após cada expedição realizada, por relatórios de acompanhamento e registradas em fotos e compartilhadas com a assessoria do ISA para sistematização. Todas as informações e dados disponibilizados foram autorizados pela coordenação da iniciativa, composta pelas associações proponentes da iniciativa (AYRCA e AMYK), e parceiros como Funai, ICMBio e ISA.

A abordagem qualitativa permitiu a análise de informações e dados que não envolvem números, e as pesquisas bibliográfica e documental ofereceram suporte ao trabalho a partir da utilização de materiais qualificados, tais como: artigos de periódicos



diversos, relatórios, legislações, planos de visitação e de manejo, relatos dos Yanomami sobre ecoturismo de base comunitária e outros.

YARIPO ECOTURISMO YANOMAMI: PLANEJAMENTO E GESTÃO COMUNITÁRIA

O Plano de Visitação do Yariipo (AYRCA & AMYK, 2017) foi aprovado pela presidência do ICMBio por meio da Portaria nº 458, assinada em 9 de maio de 2018. Foram observados itens fundamentais para a garantia da visitação ordenada, como a governança das comunidades e a gestão de segurança. Por se tratar de atividade realizada em região com sobreposição territorial de áreas protegidas, houve a necessidade de análise e manifestação oficial da Funai que emitiu a primeira Carta de Anuência em 25 de setembro de 2019. Porém, foi preciso aguardar o fim da pandemia da Covid 19 para dar início à visitação no território Yanomami, o que aconteceu apenas em março de 2022.

A iniciativa de ecoturismo de base comunitária desenvolvida pelos Yanomami tem como foco a visitação ao Pico da Neblina, uma caminhada de 70 quilômetros (ida e volta) realizada ao longo de 9 dias, com pernoite em redes em acampamentos rústicos, em locais com acesso à água potável. A expedição tem um nível de dificuldade elevado, sendo a maior parte da trilha em área de mata fechada e inclinação constante, tendo uma média diária de 6 a 8 horas de caminhada para cobrir de 6 até 14 quilômetros. O ataque ao cume acontece no sexto dia da expedição, perpassando uma variação de 1.000 metros em poucas horas, incluindo locais de curta escalada pelas rochas, alcançando o ponto mais alto do Brasil com 2.995 metros de altitude (IBGE, 2016). A experiência completa junto aos Yanomami é de 10 dias, pois a logística de acesso à trilha demanda que a primeira e última noites, dentro da TIY, sejam realizadas na sede da AYRCA, em local contíguo às comunidades.

Embora o pernoite na sede da AYRCA permita uma maior proximidade dos visitantes junto às comunidades Yanomami, não é permitida a circulação pelas aldeias. Essa é uma decisão das lideranças tradicionais - caciques e tuxauas¹³ - das comunidades envolvidas, pois não existe consenso sobre os impactos que podem ser gerados a partir da inserção do turismo diretamente no seu cotidiano¹⁴.

Durante o processo de elaboração do Plano de Visitação, foram levantadas preocupações relacionadas à saúde dos Yanomami em caso de circulação de turistas nas comunidades. O ingresso em TI é regulamentada pela FUNAI, observando-se a anuência prévia dos representantes dos povos indígenas envolvidos, requerendo a apresentação de atestado médico de não moléstia infecto contagiosa com validade de seis meses, além de cópia da carteira de vacinação, entre outros documentos (Funai, 2024).

No entanto, ocorre uma certa pressão por parte dos próprios visitantes, em conhecer as comunidades e seu cotidiano, assim como por parte das empresas turísticas,

¹³ A palavra tuxaua, o "líder", é amplamente utilizada entre os povos indígenas do Amazonas. Entre os Yanomami da região de Maturacá a liderança máxima é exercida pelo cacique de cada aldeia ou comunidade, seguido de um grupo de "tuxauas", todos homens, entre eles os irmãos do cacique, que formam uma espécie de grupo de aconselhamento e tomada de decisão, além de participarem dos rituais diários voltados para a espiritualidade e cura - *hekura* na língua Yanomami.

¹⁴ Nas discussões sobre turismo realizadas em Maturacá, convencionou-se chamar de ecoturismo aquele contemplado pelo Plano de Visitação do Yariipo, e de etnoturismo uma possível atividade de visitação que priorize a interação com as comunidades em sua rotina.



que vislumbram a ampliação da demanda de visitação junto aos Yanomami, uma vez que as expedições ao Yariipo têm um público limitado devido à dificuldade, duração e custo.

Nas assembleias realizadas pela proponente AYRCA nos anos de 2022 e 2023, o tema foi discutido pela comunidade, tendo defensores entre os Yanomami que argumentam que o ecoturismo não é capaz de gerar benefícios para um grande número de comunitários, e que é preciso aumentar o número de jovens envolvidos com o Projeto como forma de geração de renda e, sendo assim, uma alternativa efetiva ao garimpo. Em contrapartida, parte da comunidade Yanomami segue receosa dos impactos que a visitação pode trazer para sua rotina e solicita aos parceiros que os municie de mais informações e conhecimento sobre o que é e como funciona o turismo indígena.

Os parceiros do Yariipo Ecoturismo Yanomami - FOIRN, Funai, ICMBio e ISA - por meio de seus representantes nas assembleias citadas, reforçaram a importância de ampliar a discussão sobre o turismo indígena na região de Maturacá antes de qualquer decisão, assim como a necessidade de se ter uma maior experiência acumulada com o ecoturismo para promover a avaliação dos impactos positivos e negativos gerados. Outro ponto destacado pelos parceiros sobre a complexidade de implementação do turismo indígena, é a necessidade de aprovação de um novo Plano de Visitação junto à Funai para autorização de outros roteiros.

Ainda assim, as expedições ao Yariipo permitem aos participantes acessarem a cultura Yanomami não só por meio da convivência com o grupo que os conduz dentro da floresta durante os dias de caminhada, mas também a partir de outras dinâmicas que contemplam a visitação. Segundo a proposta elaborada, os grupos de visitantes, após o pernoite na AYRCA, na manhã de preparativos para iniciar a caminhada, devem passar por um ritual de proteção ainda na sede. Esse é um momento considerado pelos Yanomami de grande importância, pois é por meio do ritual que os *patapë* (anciãos) concedem autorização para entrada do grupo no território sagrado do Yariipo, ao mesmo tempo que estabelecem uma rede de proteção para que “todos caminhem bem e fiquem invisíveis para as cobras, escorpiões e os espíritos”¹⁵. Participam desse ritual entre dois e quatro anciãos, determinados pela comunidade, de acordo com o número de turistas, sendo remunerados pela iniciativa.

No último dia de caminhada, após o reencontro com os barcos que fazem o deslocamento do grupo de volta à comunidade, os visitantes são recebidos com uma exposição de artesanatos e artefatos tradicionais organizada pela AMYK. A venda dos produtos expostos visa ampliar o acesso das mulheres à renda direta gerada pelo turismo, além de permitir aos visitantes conhecerem mais sobre o universo feminino que envolve a coleta de matérias-primas diversas para produção e ornamentação de objetos.

De acordo com o Plano de Visitação, as expedições podem ocorrer durante todo o ano, sendo até duas expedições por mês. O número máximo de visitantes em cada grupo é de 10 pessoas, que serão acompanhadas por uma equipe Yanomami de número variável, de acordo com o número de visitantes, que contempla as seguintes funções: guia (um), condutores (variável), cozinheiras (até duas na sede, até duas na trilha), barqueiros (até três) e proeiros (até três). O número de condutores envolvidos na atividade é o ponto central na complexa logística que envolve a expedição, pois eles têm

¹⁵ Durante os rituais de proteção, quando questionados pelos visitantes sobre o que os *patapë* estão fazendo, os Yanomami trazem como explicação mais comum que o grupo está sendo colocado “no escuro”, onde não serão encontrados pelas ameaças existentes na floresta.



o papel de garantir o deslocamento da alimentação do grupo e dos equipamentos de cozinha, além de lonas, cordas e outras necessidades básicas, durante o trajeto. Por determinação dos Yanomami, esses profissionais deixaram de ser designados como carregadores e assumiram a denominação de condutores, uma vez que contribuem ativamente com o guia Yanomami na condução segura dos grupos de visitantes.

Assim como o guia e as cozinheiras, os condutores compartilham com os turistas interessados seus conhecimentos sobre a fauna e flora encontrada no caminho, ensinam pacientemente cantos e palavras na sua língua materna e alertam para as regras de conduta dentro da mata, buscando evitar por exemplo o “bicho da serra”, que derruba árvores e pode colocar o grupo em perigo, trazendo tempestades¹⁶. Os condutores são ainda essenciais na manutenção dos acampamentos, varrem a área para expulsar animais peçonhentos, fazem reparos nas estruturas cobertas que sofrem com a intempérie, carregam água para a cozinha, cortam lenha, acendem o fogo, improvisam varais, ajudam os visitantes a atar suas redes e têm ideias criativas para solucionar as necessidades de última hora.

Segundo dados verificados em expedição técnica realizada pelos Yanomami e parceiros em março de 2024, uma expedição com 10 visitantes chega a 200 quilos de carga, sendo composta, principalmente, de alimentação para os turistas e a equipe Yanomami, composta por até 18 pessoas (15 condutores, um guia e duas cozinheiras), alcançando um número máximo ideal de 30 pessoas na trilha¹⁷, incluindo dois facilitadores não indígenas.

Todos os Yanomami envolvidos nas expedições, seja na sede ou em campo, são remunerados de acordo com a função, e os valores determinados pelos próprios Yanomami. Além das funções já descritas, a equipe Yanomami conta com uma coordenação local e um suplente, também remunerados. A coordenação do Yaripo é responsável por garantir o rodízio de pessoas e comunidades no acesso às funções diretamente remuneradas no projeto, manter a comunicação com as empresas e parceiros, além de fazer a representação política da iniciativa em reuniões, encontros e eventos. A função de coordenador do Yaripo foi incorporada ao estatuto da AYRCA em 2016, segundo o qual, a pessoa responsável pelo cargo deve ser votada em assembleia juntamente com a chapa que compõe a diretoria da associação. Desde o início das atividades referentes ao projeto essa função já foi ocupada por três homens e, desde julho de 2023, vem sendo desenvolvida pela primeira vez por uma mulher Yanomami¹⁸.

De acordo com a primeira versão aprovada do Plano de Visitação (AYRCA & AMYK, 2017, p. 10), também foi referendado na assembleia geral da AYRCA, em 2016, a criação do “Conselho Yaripo”, tendo como missão orientar o trabalho do coordenador e

¹⁶ É lugar comum na cultura de diversos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia que não se deve gritar dentro da mata em respeito aos seres invisíveis e encantados que habitam esses lugares. Segundo os Yanomami, na área do percurso que leva ao Yaripo, é imprescindível seguir essa regra pois nas montanhas circundantes vive o “bicho da serra”, uma criatura de grande porte e muito perigosa, que com o vento gerado pelo bater das suas asas é capaz de derrubar árvores e galhos, colocando em risco aqueles que estão dentro da floresta.

¹⁷ É importante ressaltar que a despeito dos cálculos, acordos e determinações sobre o número de condutores nas expedições ao Yaripo, os Yanomami reservam para si o direito de realizar mudanças de última hora, incluindo ou excluindo pessoas das equipes previamente organizadas. Na prática, para os não indígenas, isso pode provocar desconforto no que se refere aos custos acordados para a expedição, e se apresenta como um desafio recorrente na gestão do ecoturismo em Maturacá.

¹⁸ Erica Vilela Figueiredo foi presidente da AMYK no período de 2021 a 2023, quando assumiu a coordenação do Yaripo Ecoturismo Yanomami, e é uma das autoras deste trabalho.



da diretoria da AYRCA no desenvolvimento do ecoturismo. Na prática, a organização do conselho não foi efetivada, mas a diretoria da AYRCA mantém grande influência nas atividades desenvolvidas pela coordenação do ecoturismo. Embora oficialmente a AYRCA esteja à frente da gestão do Yariipo, a AMYK por meio de sua diretoria e associadas mantém participação ativa nas reuniões e atividades relacionadas ao Yariipo. Em 2023, foi decidido pelos Yanomami a divisão igualitária do benefício referente ao fundo comunitário do turismo entre as duas associações para que realizem sua gestão de forma independente.

Acesso ao Mercado Turístico

Para possibilitar a venda do destino Yariipo no mercado de turismo, alcançando o público interessado e promovendo a organização de grupos nacionais e internacionais, as associações Yanomami estabeleceram parceria com empresas do segmento. Além da divulgação e venda dos pacotes, as empresas são responsáveis por informar aos visitantes sobre as especificidades do destino, considerando o grau de dificuldade da trilha e a legislação para turismo em terra indígena, devendo cumprir com os processos de autorização de entrada em área em parceria com as proponentes. Também são responsáveis pela logística pré-expedição (compra de alimentação e combustível para os barcos, aluguel de carros para deslocamento terrestre) e corresponsáveis pela destinação dos resíduos sólidos provenientes da atividade turística, podendo acompanhar as expedições com até dois representantes, que deverão dar suporte na execução das operações, trabalhando em consonância com a equipe Yanomami.

Considerando a sobreposição do território de Maturacá com o PARNA do Pico da Neblina, as empresas são selecionadas por meio de um edital publicado pelo ICMBio em parceria com as associações Yanomami, sendo credenciadas para atuação dentro da UC. O credenciamento assegura amparo legal às partes envolvidas, tanto as associações proponentes quanto as empresas. Em 2020, lançou-se o primeiro edital e com apoio jurídico dos parceiros e participação ativa da comunidade Yanomami, foi elaborado um contrato entre as três empresas selecionadas e a AYRCA, assinado em dezembro de 2021, com a validade de dois anos.

Em 2023, respeitando o período limite do credenciamento anterior, foi aberto um segundo edital, aprimorando a participação dos Yanomami no processo de seleção que passou a ser realizado em duas etapas: avaliação por quesitos técnicos e reunião presencial entre as empresas pré-selecionadas e os Yanomami para seleção final determinada pela comunidade. Em outubro de 2023 foram selecionadas duas novas empresas para atuar em um período de 26 meses, com possibilidade de renovação do credenciamento.

O período de duração dos contratos estabelecidos com as agências visa respeitar o desejo da comunidade Yanomami, assim como é uma orientação da Funai, a qual recomenda "à proponente e aos parceiros que NÃO ASSINEM contratos maiores do que a vigência desta Anuência, ainda que o Plano de Visitação esteja em vigor" (SEI Funai 3775008, 2022, p. 3).

Assim como em outros projetos de TBC, para o Yariipo Ecoturismo Yanomami, o modelo ideal de comercialização e gestão do destino ainda não está definido, sendo vislumbrado e construído a partir da experiência. Por se tratar de uma área com interface a um Parque Nacional existe uma demanda constante de visitantes que gostariam de ter acesso ao Pico da Neblina em negociação direta com os Yanomami, ou



ainda, de forma independente, propondo diferentes modelos de organização das expedições que consideram ser mais econômicos, acessíveis e viáveis. O modelo atual, que envolve a intermediação das agências para organização dos grupos, é frequentemente questionado pelo público, ao ressaltar uma possível apropriação dos benefícios financeiros da atividade pelas empresas em detrimento da comunidade¹⁹.

Gomez (2022) destaca que, historicamente, as relações entre povos indígenas e a economia não indígena foram marcadas pelos “atravessadores”, intermediários entre os produtores e o consumidor final, que acabavam sendo os maiores beneficiários dos valores gerados. No caso do ecoturismo Yanomami, percebemos que internamente a distribuição de bens e benefícios oriundos da atividade turística são orientados pela lógica da cultura Yanomami, que foge ao entendimento dos *napëpë* e sobre a qual não iremos discorrer neste trabalho. Porém, existe um esforço contínuo da rede de apoio formada pelos parceiros que vêm promovendo o fortalecimento das associações proponentes para que sejam capazes de protagonizar, de forma crítica, os acordos econômicos em que estão inseridos.

Com o objetivo de testar a viabilidade de outras formas de visitação e, buscando formatos de mais baixo custo e maior acessibilidade, em setembro de 2023 e março de 2024 foram realizadas expedições com modelos diferenciados de organização, sem o intermédio de empresas privadas. Foram excluídos os custos operacionais e a margem de lucro referentes ao trabalho realizado pelas agências e mantidos os custos de logística e alimentação, os valores de diárias dos Yanomami e a taxa de fundo comunitário. Conforme esperado, os valores finais das experiências para os visitantes foram inferiores aos valores praticados no mercado. Porém, no processo de avaliação dessas atividades, foram identificados pontos que ainda demandam soluções e avanços na gestão comunitária em detrimento da terceirização na venda de pacotes e na organização e acompanhamento dos grupos por empresas especializadas.

Entre os pontos mais críticos podemos citar: a forma de pagamento dos profissionais Yanomami²⁰, a comunicação intermitente com a coordenação do projeto a depender das condições de internet na aldeia, as barreiras referentes à língua que limitam a negociação com estrangeiros, o desconhecimento dos visitantes da realidade amazônica, incluindo termos e situações corriqueiros localmente mas que causam confusão àqueles que chegam pela primeira vez ao território, a necessidade de telefone por satélite para comunicação durante a caminhada, o aperfeiçoamento da estratégia de resgate na trilha e o desconhecimento de grande parte da população das obrigações que regulamentam o turismo em áreas protegidas.

¹⁹ Ver comentários públicos na rede social oficial do projeto (@yaripoecoturismoyanomami/Instagram)

²⁰ O acordo atual é de que o fundo comunitário seja depositado na conta das proponentes, porém, no que se refere ao pagamento da equipe Yanomami, o projeto ainda carece de uma proposta definitiva. Existe o desejo de que esses valores sejam também depositados em conta, porém, a logística de deslocamento entre a aldeia e o município mais próximo para saque, pela associação ou pelos Yanomami de forma individual, cria um ônus considerável para os indígenas, devido aos gastos com deslocamento, hospedagem e alimentação na cidade. O fato de que muitos indígenas da região do rio Negro não têm documentos pessoais como CPF e RG, a falta de familiaridade com o sistema bancário, a inadequação das agências no município de São Gabriel da Cachoeira para atenderem as populações indígenas da região em suas línguas maternas, são desafios comuns também a outras etnias do alto rio Negro no desenvolvimento de projetos de geração de renda e gestão comunitária.



Yaripo Ecoturismo Yanomami em Números

Segundo dados de monitoramento da atividade turística fornecidos pela coordenação do Yaripo, no primeiro ano de visita foram realizadas 5 expedições turísticas no período de março a julho de 2022, com um total de 43 visitantes pagantes. Em agosto do mesmo ano foi realizada a primeira expedição de avaliação de impacto da visita, considerando a estrutura da trilha e dos acampamentos, a destinação dos resíduos sólidos e fatores de segurança. No período de setembro a dezembro de 2022 não foram vendidos pacotes turísticos e não houve visita. A primeira carta de anuência da Funai para o projeto venceu em janeiro de 2023. Foram cumpridos pelas proponentes, dentro do prazo exigido, todos os ritos solicitados pelo órgão - realização de reunião anual de avaliação da atividade turística, prestação de contas e entrega de relatório de atividades. No período de janeiro a abril de 2023, não foram realizadas expedições turísticas na expectativa de renovação da autorização.

A nova carta de anuência foi expedida pela presidência da Funai em 28 de abril de 2023, com validade de três anos. O documento foi expedido em meio a um cenário de incerteza para a comercialização do destino causado pela descontinuidade da autorização em um momento de mudança no governo federal, e agravado pela emergência vivida no território Yanomami sob pressão do garimpo ilegal de ouro.

No ano de 2023 ocorreram três expedições turísticas, sendo em setembro, novembro e dezembro, com um total de 20 visitantes. No primeiro semestre de 2024 foi realizada expedição técnica com as novas empresas credenciadas, e uma expedição turística com arranjo experimental. No total, em dois anos de atividade regularizada, o Yaripo Ecoturismo Yanomami realizou nove expedições comerciais ao Pico da Neblina, com um total de 73 visitantes pagantes.

O Quadro 1 apresenta, de forma resumida, o registro da visita ao Yaripo no período de 2022 a 2024.

Quadro 1. Registros da visita ao Yaripo entre 2022 e 2024

YARIPO ECOTURISMO YANOMAMI - registros do período de visita					
2022	janeiro e fevereiro restrição de entrada em área devido ao Covid 19	março a julho foram realizadas 5 expedições no período	agosto a dezembro não foram vendidos pacotes turísticos	43 visitantes pagantes ao longo do ano	Valor gerado pelo turismo em 2022 R\$ 211.879,00
2023	janeiro a abril não houve visita por ausência de anuência da Funai	maio a agosto não foram vendidos pacotes turísticos	setembro expedição com arranjo experimental para apenas 1 turista	novembro e dezembro foram realizadas 2 expedições totalizando 19 visitantes	Valor gerado pelo turismo em 2023 R\$ 103.255,40
2024	janeiro e fevereiro não foram vendidos pacotes turísticos	março expedição com arranjo experimental para montanhistas - 10 visitantes	abril a maio reforma dos acampamentos e organização com as novas empresas parceiras	junho lançamento do calendário de expedições para o segundo semestre de 2024	Valor gerado pelo turismo no primeiro semestre de 2024 R\$ 39.290,60

Fonte: Elaborado pelos autores



Envolveram-se nas expedições turísticas ao Yaripo, no período de março de 2022 a abril de 2024, um total de 139 homens e 34 mulheres de sete comunidades Yanomami da calha do rio Cauaburis, atuando em funções diretamente remuneradas, com valores de pagamento fixo por expedição, totalizando R\$ 266.500,00 (recebidos). Os benefícios econômicos indiretos foram compostos pelo pagamento do fundo comunitário em valor fixo por visitante, mais 4,5% do valor total de custos da expedição calculado para um fundo de contingência, resultando em R\$ 67.929,00 depositados diretamente na conta da AYRCA. Estima-se que, com a venda de artesanato aos turistas e produtos das roças locais para compor o cardápio das expedições, foram gerados cerca de R\$ 20.000,00 pagos diretamente àqueles que venderam seus produtos²¹.

A Percepção dos Yanomami sobre o Ecoturismo no Yaripo

No dia 29 de junho de 2024, realizou-se uma reunião em Maturacá, a pedido da coordenação do Yaripo, para avaliação dos dois anos de visitação no território sob a visão da equipe envolvida nas operações turísticas. O objetivo da atividade foi captar, por meio da fala dos participantes e da observação participante, os resultados alcançados e os desafios percebidos sobre o turismo indígena, dando voz para aqueles que realizam a gestão comunitária da iniciativa, para além dos números aqui apresentados.

Segundo o registro da reunião, os pontos que se destacaram foram os desafios de manutenção e salvaguarda dos materiais e equipamentos, que durante os períodos de pausa entre as expedições se deterioraram, pois passam a se fazer uso comunitário, que se confunde entre associação e Yaripo Ecoturismo Yanomami. Outro ponto de destaque nessa avaliação foi a pouca mobilização da comunidade para ações de cunho voluntário, como limpeza do porto utilizado por moradores e visitantes, e da área do entorno da sede da associação. O grupo que compõe a equipe Yanomami fixa, dedicada ao turismo, sente-se sobrecarregado por ter que assumir atividades que beneficiam a comunidade de forma mais ampla. Diante disso, solicitam que essas ações sejam também remuneradas pelo turismo, considerando o recurso disponível por meio da captação realizada pelos parceiros.

O uso do fundo comunitário também foi questionado pelos presentes durante o encontro, comparando ações realizadas pela diretoria anterior e a atual, o que parece ser um indicativo de que os acordos de uso desse recurso ainda não estão claros para a comunidade. Os participantes destacaram ainda a necessidade de reforma da parte elétrica e hidráulica do prédio que serve, ao mesmo tempo, como sede das associações e ponto de recepção dos visitantes.

Outras recomendações para a iniciativa foram registradas no Relatório Anual de Atividades do Yaripo Ecoturismo Yanomami (AYRCA e AMYK, 2022b) apresentado à Funai, sendo: aumentar a compra de alimentos regionais na comunidade; implementar melhorias no cardápio e nas refeições durante as expedições; garantir treinamento (relativo ao uso de planilhas e com gestão financeira) para a associação; e que mais jovens sejam formados e possam trabalhar junto à iniciativa.

²¹ No que se refere às vendas de produtos alimentícios e artesanato é possível que as anotações fornecidas não sejam precisas ou não foram repassadas em alguma expedição específica, por isso os valores foram apresentados como estimativas, considerando um valor médio por expedição.



Quando questionados sobre a satisfação quanto à iniciativa, ressaltamos a fala de um dos representantes da equipe Yanomami que atua no Projeto Yariipo desde o início de sua construção:

Estamos satisfeitos, o Yariipo é uma porta aberta para divulgar ao mundo que estamos aqui. Cada expedição a gente tenta melhorar, cada dificuldade e cada obstáculo que passa no nosso caminho. Precisamos ser mais capacitados, melhorar no uso de materiais eletrônicos como o GPS e como socorrer os turistas, na alimentação e estrutura. Precisamos melhorar muito as nossas estruturas! Devagar, pouco a pouco estamos dando um passo de cada vez. Tenho certeza que até a gente conseguir o que realmente a gente quer, melhorar, tudo vai dar certo. E com isso vamos estar muito mais satisfeitos. Não só eu, mas todos os profissionais do Yariipo, toda a liderança e todo povo Yanomami. *Awei?*

Nota-se a satisfação quanto à execução do turismo indígena, mas, ao mesmo tempo, há o reconhecimento das fragilidades e limites a serem superados. Um destaque dessa fala é quanto a importância do ecoturismo para divulgar a existência desse povo e a sustentação e aceitação do Yariipo Ecoturismo Yanomami pela coletividade e lideranças.

O ineditismo da proposta Yanomami, corroborado por Goulart (2020a), considerando que a prática do turismo em terras indígenas só foi regulamentada pela Funai em 2015, não possui apenas uma motivação econômica, mas representa uma forma de reivindicação de direitos e de fiscalização territorial.

O turismo indígena também é, para os moradores de Maturacá, um caminho para a amenização de antigos conflitos, sejam eles internos às comunidades – ausência de repartição dos benefícios econômicos oriundos do turismo clandestino – ou entre a AYRCA e as instituições fiscalizadoras do PARNA e da TI – relativos à entrada de visitantes ilegais e à falta de diretrizes jurídicas para a realização do turismo na área.

De acordo com o Relatório Anual de Atividades (AYRCA & AMYK, 2022b), a avaliação das comunidades é positiva, ao considerarem que as expedições ocorreram sem incidentes e que a equipe de profissionais segue motivada para dar continuidade ao turismo indígena. Ainda sob a perspectiva dos indígenas, as comunidades gostariam que o Yariipo Ecoturismo Yanomami pudesse beneficiar mais pessoas, sendo assim, dialogam sobre possíveis alterações na proposta, buscando a ampliação do número de visitantes.

Um elemento essencial nas atividades do Yariipo Ecoturismo Yanomami é a atuação dos parceiros, e, ainda segundo o Relatório de Atividades (2022), os indígenas contam com o acompanhamento das atividades por meios deles. Os parceiros da iniciativa serão apresentados a seguir, assim como o papel de cada um deles.

O Papel das Associações Yanomami

Desde o final da década de 1970, o associativismo vem se desenvolvendo como principal forma de organização e governança dos coletivos indígenas das regiões do Médio e Alto rio Negro, na luta pela efetivação de direitos relacionados à gestão sustentável de seus territórios, e de acordo com sua organização social e cultural. Atualmente, 91 associações de base estão filiadas à FOIRN, que congrega a representação dos 23 povos indígenas que habitam a região do noroeste amazônico conhecida como “cabeça do cachorro”, incluindo as populações Yanomami desde o município de Barcelos até São Gabriel da Cachoeira. (Vieira & Soares, 2023).



A primeira associação Yanomami criada em território brasileiro²², foi a AYRCA. Segundo Goulart (2020a), sua criação relaciona-se com o envolvimento das lideranças Yanomami de Maturacá no movimento pela demarcação das terras indígenas do alto rio Negro, empreendido pela FOIRN, que foi criada em 1987. Para o autor, uma vez que a homologação da TIY ocorreu em 1992, estando então essa luta já superada à época, a criação da AYRCA, em 1998, teria como principais bandeiras saúde, educação e proteção territorial.

A AMYK foi criada em 2015, sendo a única associação de mulheres de toda TIY. Sua criação teve como um dos objetivos fortalecer a cadeia produtiva do artesanato Yanomami, com destaque para a cestaria tradicional confeccionada com cipós e ornada com o fungo *përisi* (*marasmius yanomami*), espécie registrada cientificamente no território de Maturacá. Segundo Ferreira (2017), o fato de a AMYK ser a primeira associação de mulheres da TIY, também se conecta com as experiências políticas vividas pelas mulheres da região por meio da participação em eventos e viagens de articulação junto ao movimento de mulheres desenvolvido pela FOIRN, através Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN).

Outros fatores citados por Ferreira (2017), como tendo contribuído para a formação da AMYK, são a aproximação das lideranças locais com o ISA e a ampliação da disponibilidade de recursos nacionais e internacionais para projetos de fomento à pautas de gênero.

Além da articulação política regional realizada junto à FOIRN, as associações AYRCA e AMYK participam ativamente do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, instância máxima de decisões sobre a TIY que se reúne desde 2015, conforme o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos Povos Yanomami e Ye'kwana (2019).

Ambas as associações se organizam por meio de reuniões conduzidas de acordo com as demandas do período e as articulações com atores externos para a realização de atividades junto às comunidades de Maturacá. Suas assembleias são realizadas anualmente e as pautas desses encontros têm como foco os avanços e desafios das comunidades em temas básicos como saúde e educação, incluindo temas atuais como mudanças climáticas e créditos de carbono, sendo ainda o espaço de decisão sobre questões referentes ao ecoturismo e outros projetos. As diretorias têm um mandato de quatro anos com direito a serem reconduzidas a outro mandato, conforme votação, e seu trabalho é feito de forma voluntária, sem remuneração.

O Papel da FOIRN

Desde 2003 a FOIRN tem a sua estrutura organizacional formada por cinco coordenadorias determinadas por calhas de rios, regiões e grupos étnicos que estabelecem entre si intrincadas relações de origem²³, sendo: Coordenadoria das Associações do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), Coordenadoria das Associações do Alto Rio Negro e Xié (CAIBARNX), Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo Uaupés, Rio Tiquié e afluentes (DIAWII), Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri (NADZOERI) e Coordenadoria das Associações do Distrito de Iauarê (COIDI).

²² Atualmente, além das associações do território de Maturacá, AYRCA e AMYK, existem outras oito associações Yanomami regularizadas representando as diversas regiões da TIY, sendo Hutukara, Urihi, Texoli e Seduume Ye'kwana no estado de Roraima; Parawami, Kurikama, Xoromawë e Ypasahale no estado do Amazonas.

²³ Ver "História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro" de Robin M. Wrigth.



Realizando a representação de 750 comunidades indígenas, a FOIRN conta com cinco departamentos: Comunicação, Educação, Jovens, Mulheres e de Negócios Socioambientais (FOIRN, s.d.).

A partir do Departamento de Negócios Socioambientais, a FOIRN apoia, entre outras frentes de geração de renda sustentável, a estruturação do TBC em territórios indígenas do Baixo, Médio e Alto rio Negro. A Federação teve como projeto piloto iniciado em 2014 a pesca esportiva no rio Marié, que une 15 comunidades representadas pela Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), em um comitê gestor da iniciativa que já completou 10 anos de atividade. Outro projeto de turismo indígena pioneiro na região de atuação da FOIRN é o destino Serras Guerreiras de Tapuruquara, que envolve cinco comunidades multiétnicas localizadas nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II, também com área de sobreposição ao PARNA Pico da Neblina, sob gestão da Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (ACIR). Atualmente, as iniciativas de turismo em territórios indígenas apoiadas pela FOIRN se concentram na região da coordenadoria CAIMBRN²⁴, onde também se inserem as associações AYRCA e AMYK.

Porém, existem ainda outros territórios e comunidades da região do Alto rio Negro que demandam à FOIRN apoio na estruturação de iniciativas locais para visitação, resultando no processo de criação da Rede de Turismo Indígena do Rio Negro, em dezembro de 2021. Segundo Radler (2023), o objetivo da criação da Rede de Turismo Indígena é promover o TBC como modelo a ser implementado nos territórios indígenas, com fins de realizar a gestão territorial sustentável protagonizada pelos comunitários. O suporte da FOIRN para a organização das iniciativas de turismo indígena visa contribuir na formulação de políticas públicas regionais, servindo também como “medida de proteção contra iniciativas turísticas de alto impacto, criadoras de problemas e efeitos adversos, como o de se transformar no 'não lugar', ou seja, um espaço sem sentido, sem história e sem identidade”. (Radler, 2023, p.236).

A inserção da FOIRN como parceira oficial do Yariipo Ecoturismo Yanomami acontece de forma concomitante à criação da Rede de Turismo Indígena do Rio Negro, quando a Federação passa a investir maiores recursos para o acompanhamento das iniciativas de turismo indígena da região, consolidando essa estratégia por meio da contratação de uma profissional turismóloga. No início da visitação turística no território de Maturacá, as relações entre FOIRN, AYRCA e AMYK se estreitam, com ênfase na articulação própria do movimento indígena, que fortalecido, passa a contribuir com assessorias técnica, jurídica e financeira para a gestão do Yariipo.

O Papel da Funai

A Funai foi a responsável pela elaboração e publicação da IN nº 03/2015 que permitiu, com normas e diretrizes, a organização das atividades do Yariipo Ecoturismo Yanomami, cuja previsão está posta na PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012. Através de Carta de Anuência concedida ao Yariipo Ecoturismo Yanomami ainda em 2019, observa-se a efetiva aplicação de uma política pública relevante para os povos indígenas na gestão de seus territórios.

²⁴ Atualmente, a FOIRN através da coordenadoria CAIMBRN, apoia oito iniciativas de pesca esportiva e as duas iniciativas de ecoturismo. Existem ainda na coordenadoria CAIBARNX duas iniciativas de ecoturismo ainda não ordenadas e uma iniciativa de pesca esportiva em processo de regularização na coordenadoria DIAWII.



Devido a localização geográfica do território de Maturacá e sua proximidade com o município de São Gabriel da Cachoeira, local sede da Coordenação Regional (CR) do rio Negro, o acompanhamento da Funai ao Projeto acontece através deste escritório. Porém, não existem nesta CR servidores lotados na Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Yanomami e Ye'kwana, setor do órgão especializado nos processos referentes à TIY. Em 2023, como resposta à demandas contínuas, o órgão reabriu a Coordenação Técnica Local (CTL) do município de Barcelos, alocando apenas um servidor da FPE Yanomami e Ye'kwana para atendimento das populações Yanomami domiciliadas no estado do Amazonas.

Em reconhecimento à singularidade da situação enfrentada pelo território de Maturacá, localizado no extremo oeste da TIY, a coordenação da CR rio Negro empreende esforços contínuos para garantir atendimento de qualidade aquela população. Um exemplo foi a contratação temporária, em 2023, de intérpretes indígenas Yanomami para facilitação junto aos servidores locais, tanto em atividades na sede como em campo.

Não obstante os diversos desafios na relação das associações locais com o órgão, quanto ao turismo, é preciso destacar a disponibilidade da Funai por meio, principalmente, dos servidores da CR rio Negro, na proteção e promoção dos direitos do povo Yanomami. Ao longo do período em que o Yariipo Ecoturismo Yanomami tem recebido visitantes, a Funai vem atuando com ênfase nas demandas relativas às relações comerciais e na participação de seus representantes nas reuniões e processos decisórios empreendidos.

O Papel do ICMBio

Em 2007 foi criado o ICMBio, autarquia responsável pela gestão das UCs nacionais, retirando do IBAMA esta competência legal. Além de gerir, proteger e monitorar as UCs federais, o instituto promove pesquisas, desenvolve políticas públicas conjuntamente às comunidades tradicionais, estrutura a visitação (com estudos e planejamento de roteiros, manejo de trilhas, gestão de segurança, monitoramento de impactos), incentiva a participação da sociedade por meio da educação ambiental e prevê os usos permitidos dos recursos naturais. O ICMBio também atua no combate a incêndios florestais e fiscaliza crimes ambientais.

O PARNA do Pico da Neblina é gerido pelo ICMBio e apresenta dupla afetação com quatro Terras Indígenas: Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro II e Yanomami, totalizando aproximadamente 70% da área da UC. Este fenômeno da sobreposição territorial entre áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) ocorreu ao longo do tempo de forma aleatória e não intencional, atribuído à desarticulação das políticas ambiental e indigenista do governo (Ferreira, 2018). O TBC aparece como aliado na transformação de conflitos históricos em oportunidades cooperativas de atuação conjunta entre a UC e as comunidades indígenas (ICMBio, 2019), sendo assim, em 2013 foi apresentada a demanda de ordenamento da visitação ao Yariipo em assembleia da AYRCA, direcionada ao ICMBio e à Funai.

A Câmara Temática do Ecoturismo foi acionada com objetivo de debater e levantar subsídios para a construção do Plano de Visitação e do Plano de Manejo. Com lideranças comunitárias, membros das comunidades da região e das duas associações locais, a AYRCA e, posteriormente, também a AMYK, foram quatro anos na construção do documento. Após várias reuniões, oficinas e intercâmbios, o Plano de Visitação Yariipo



Ecoturismo Yanomami foi finalizado em julho de 2017 contendo o roteiro da visita ao Pico da Neblina. Este planejamento está integrado a outros processos de gestão do território, alinhando-se tanto à elaboração do PGTA da TIY (Bocarde *et al.*, 2015) quanto ao Plano de Manejo do PARNA do Pico da Neblina (ICMBio, 2022).

Concomitante à construção do Plano de Visitação, houve articulação com a Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN/ICMBio) para iniciar o processo de Plano de Manejo do PARNA em 2016. O Plano de Manejo do PARNA do Pico da Neblina é o primeiro a ser elaborado para uma UC de Proteção Integral com interface com Terras Indígenas após a publicação da PNGATI.

Uma vez que a sede do PARNA do Pico da Neblina fica no município de São Gabriel da Cachoeira, torna-se possível um acompanhamento constante no desenvolvimento das atividades do projeto com a presença dos servidores federais em reuniões e trabalhos de campo em Maturacá. Com a ampliação do quadro de servidores do ICMBio em 2022 (passando de um para seis gestores), atualmente a gestão do PARNA Pico da Neblina conta, pela primeira vez, com um setor de uso público.

O Papel do ISA

O ISA é outro ator importante no processo de construção do Plano de Visitação do Yaripo e de suporte ao fortalecimento das associações locais AYRCA e AMYK. Criado em 1994, o ISA é desde 2001 uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com reconhecida atuação junto a povos indígenas, quilombolas e extrativistas no Brasil. Com escritório permanente em São Gabriel da Cachoeira, o ISA mantém uma aliança de 30 anos com a FOIRN.

Em 2009, o ISA incorporou a Comissão Pró-Yanomami (CCPY)²⁵ e passou a atuar diretamente com esse povo, promovendo uma aproximação gradual com os Yanomami de Maturacá. Desde 2014, a convite da AYRCA, o ISA passou a assessorar o processo de construção do Plano de Visitação ao Yaripo, juntando-se aos atores governamentais ICMBio e Funai. Ao mesmo tempo, a AYRCA e a AMYK se aproximaram das demais associações e lideranças Yanomami e Ye'kwana para elaborar o PGTA da TIY, elaborado entre os anos de 2015 e 2019 e publicado em 2019. O capítulo 3 "Nosso Jeito de Gerar Renda e Lidar com o Dinheiro", trata do desejo dos Yanomami de promover o TBC na região de Maturacá com a visita ao Yaripo.

O ISA também assessora a FOIRN desde 2014 em outras iniciativas de turismo, com o protagonismo indígena na região do rio Negro, com destaque para os já citados turismo de pesca esportiva no rio Marié e Serras Guerreiras de Tapuruquara. Nos últimos anos, o turismo indígena tem sido visto pelas associações indígenas e seus parceiros como um caminho para promover a gestão territorial e a geração de renda na região do rio Negro, considerando o seu potencial cênico, cultural e de biodiversidade preservada.

Além de apoiar o desenvolvimento do Plano de Visitação do Yaripo e sua publicação, o ISA deu suporte na compra de equipamentos e materiais essenciais para o turismo, promoveu oficinas e formações, oferecendo ainda assessoria para a regularização das associações locais e aperfeiçoamento do projeto. A instituição investe

²⁵ CCPY é uma organização da sociedade civil criada em 1978 com objetivo principal de dar suporte ao processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami. Posteriormente a CCPY esteve à frente de projetos de educação e saúde de grande alcance na TIY.



também no desenvolvimento da capacidade de gestão financeira da AYRCA sobre os recursos gerados pela visitação e no fortalecimento político da AMYK, para que assumam maiores responsabilidades junto ao projeto.

O trabalho do ISA no território acontece por meio de um termo de cooperação, renovado a cada quatro anos, construído de forma participativa junto à comunidade Yanomami, no qual estão registrados objetivos e limites da atuação da organização, assim como as demandas da comunidade no que tange aos projetos e uso de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades de Maturacá têm sob sua gestão o ponto mais alto do Brasil, local sagrado para o povo Yanomami e de interesse da comunidade montanhista, ecoturistas e adeptos aos destinos culturais. A expedição guiada pelos Yanomami tem alto potencial de oferecer uma experiência transformadora aos visitantes, tanto pela possibilidade de poderem conhecer a floresta sob o "olhar dos Yanomami", quanto por conhecerem os próprios Yanomami. O destino se localiza em área de fronteira sob fiscalização do Exército Brasileiro, sendo também afetado por estar em zona de atuação garimpeira. As duas associações locais atuam em parceria e mostram-se resistentes na luta por seu protagonismo junto aos órgãos responsáveis (Funai e ICMBio), em constante articulação, moldadas por acordos de cooperação, como o existente com o ISA, discutindo e aprovando os contratos comerciais com empresas do segmento turístico para a operação no Yaripo.

Enquanto FOIRN e ISA trabalham junto aos Yanomami, por meio do viés da sociedade civil, os órgãos governamentais federais, Funai e ICMBio, compõem de forma proativa a rede interinstitucional de parceiros do Yaripo. Com seus discursos e papéis bem delimitados pela legislação ambientalista e indigenista e, sem embargo, enfrentando desafios de disponibilidade de recursos e baixo contingente de servidores, o que se percebe, na prática, é a cooperação entre essas diferentes instituições e junto às associações proponentes, para o bom desenvolvimento do turismo na região de Maturacá.

Dessa forma, é possível afirmar, com base no acompanhamento das estratégias utilizadas pelos parceiros institucionais junto à AYRCA e AMYK, nos dois anos de atividades, que o Yaripo Ecoturismo Yanomami tem sido um exemplo positivo de implementação da PNGATI. Em face de seu arranjo próprio e da gestão comunitária local, a iniciativa de turismo indígena vem alcançando não apenas o cumprimento da legislação regulamentadora, mas também avanços na gestão territorial e ambiental da região do Pico da Neblina, que inclui a intensificação da fiscalização sobre as áreas de garimpo que concorre com a visitação.

Para além da articulação interinstitucional, a gestão comunitária responde positivamente ao desenvolvimento das atividades e deseja expandi-las. A despeito do cenário complexo que compõe o Yaripo Ecoturismo Yanomami, buscamos retratar, ao longo deste trabalho, que os Yanomami construíram caminhos e alianças estratégicas que levaram à efetivação do seu direito de gerir o território.

Deixamos como questionamentos: quantos outros territórios indígenas podem contar com parceiros, em especial aqueles que talvez não tenham atrativos de tal impacto como o Pico da Neblina? Esses territórios serão capazes de efetivamente atender a todas as demandas burocráticas para regularização do turismo indígena, além de realizar formações, acordos comerciais, gestão administrativa-financeira e aquisição



dos materiais necessários para dar início às atividades de visitação? Quais são as condições oferecidas pelo poder público para garantir que o direito dos povos indígenas de autonomia sobre a gestão de seus territórios seja alcançada?

Diante do pedido dos Yanomami para ampliar a atividades de visitação, sugere-se investigar a possibilidade de ampliar a atividade de ecoturismo na região por meio do desenvolvimento de outras trilhas de menor dificuldade, a organização de grupos de *birdwatching* e de turismo científico, entre outras opções que possam se ajustar ao Plano de Visitação já aprovado.

Dessa forma, recomendamos fortemente que o acompanhamento da visitação ao Yariipo tenha continuidade, gerando assim informações e dados essenciais para se discutir o turismo indígena, bem como outras iniciativas sob a gestão dos povos indígenas na região amazônica. Ainda que pesem os limites de gestão de uma iniciativa desse porte, entendemos que os diferentes mundos se conectam, embora parcialmente, apresentando uma experiência contra hegemônica, autêntica e única.

REFERÊNCIAS

Albert, B. (2018). Yanomami. In *Povos Indígenas do Brasil*. Recuperado de <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), & Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK). (2017). *Yariipo Ecoturismo Yanomami - Plano de Visitação*. Recuperado de <https://www.gov.br/icmbio/PARNA-do-pico-da-neblina>

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), & Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK). (2021). *Yariipo Ecoturismo Yanomami - Plano de Visitação*. Recuperado de <https://acervo.socioambiental.org/yariipo-plano-visitacao>

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), & Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK). (2022a). *Yariipo Ecoturismo Yanomami - Plano de visitação*.

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), & Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK). (2022b). *Relatório Anual de Atividades - Yariipo Ecoturismo Yanomami*.

Barretto, M. (2004). Relações entre Visitantes e Visitados: Um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, 15(2), 133-149.

Beni, M. C. (2008). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo, SP: Editora Senac.

Bocarde, F., Uehara, L. Y., & Ramos, S. M. (2015). Governança indígena em áreas de sobreposição territorial e a formação do Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina. In *Anais do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*, Florianópolis, SC.

Boyer, M. (2003). *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC.



Brasil. *Decreto nº 83.550, de 5 de Junho de 1979*. Cria, no Estado do Amazonas, o Parque Nacional do Pico da Neblina, com os limites que especifica e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/

Brasil. *Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000*. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

Brito, D. C. (2001). *A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém, PA: UFPA/NAEA.

D'Amico, A. R., Coutinho, E. O., & Moraes, L. F. P. (Orgs.) (2018). *Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais*. Brasília: ICMBio.

Dias, C., Barroso, M., & Soares, R. M. (2023). Planejando o bem viver indígena nos territórios do Alto e Médio rio Negro. In F. Ricardo, T. Klein & T. M. Santos (Orgs.) *Povos Indígenas do Brasil: 2017-2022*. (pp. 209-213). São Paulo, SP: Instituto Socioambiental.

Faria, I. F. de. (2005). Ecoturismo: Etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 3(1), 63-77. Recuperado de <http://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS040105.pdf>.

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Recuperado de <https://foirn.org.br/>

Ferreira, H. P., Machado, A. M. A., & Senra, E. B. (Orgs.). (2019). *As línguas Yanomami no Brasil: Diversidade e vitalidade*. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental; Boa Vista, RR: Hutukara Associação Yanomami.

Ferreira, I. V. (2018). *Unidades de conservação da natureza em terras indígenas no Brasil: Conflitos e potenciais de transformação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Ferreira, M. I. M. (2017) *Mulheres Kumirâyôma: Uma etnografia da criação da associação de mulheres yanomami* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM.

Freitas F. P. P., Luna W. F., Bastos L. O. A., & Ávila B. T. (2021). Experiências de médicos brasileiros em seus primeiros meses na Atenção Primária à Saúde na Terra Indígena Yanomami. *Interface*, 25, e200212. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/interface.200212>

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). (2015). *Instrução Normativa nº 03 de 11 de junho de 2015*. Recuperado de <https://www.gov.br/funai/cgetno/in-032015.pdf>

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). (2024, 24 de julho) <https://www.gov.br/funai/atuacao/terras-indigenas/ingresso-em-terra-indigena>



Gomez, J. I. G. (2022) A floresta cuida da nossa renda. In A. R. Ramos, E.B. Senra, & M. W. Oliveira (Orgs.), *Terra Indígena Yanomami 30 anos: O futuro é indígena* (pp. 311-357). São Paulo, SP: Instituto Socioambiental: Hutukara Associação Yanomami.

Gonçalves, L. D. V., & Figueiredo Yanonami, M. (2018). *Yanonami tẽ pẽ hekuramou Maturacá a xapono há - O xamanismo Yanonami da região de Maturacá*. Goiânia: Espaço Acadêmico.

Goulart, L. T. (2020a). *Os Yanonami e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Goulart, L. T. (2020b). *Aquela serra é o xapono deles: sobre encontros, ontologias e equivocidade no Projeto Yaripo*. *Anuário Antropológico*, 45(3), 85-105. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8042960>

Grünewald, R. de. A. (2003). Turismo e Etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 141-159. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ha/a/wL5drZ99NFQhhjdFzMyyyMd/>

Harris, M. (2006). Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016) *Geociências: IBGE revê as altitudes de sete pontos culminantes*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/ibge-reve-altitudes-sete-pontos-culminantes>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (2019). *Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: caderno de experiências*. Brasília: ICMBio.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (2022). *Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina*. Brasília: ICMBio.

Kopenawa, D., & Albert, B. (2016) *A Queda do Céu*. São Paulo: Cia das Letras.

Krippendorff, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3. Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

Marietto, M. L. (2018). Observação Participante e não Participante: Contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 17(4), 05-18. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html/>

Martins, P. C. S., & Silva, C. A. da. (2018). Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. *Revista Turismo em Análise*, 29(3), 487-505. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3.p487-505>.



Ministério da Saúde (2023). *Portaria GM/MS nº28 de 20 de janeiro de 2023*. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência de desassistência da população Yanomami. Recuperado de www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-28-de-20-de-janeiro-de-2023

Radler, J. (2023). Nasce a Rede de Turismo Indígena do Rio Negro. In F. Ricardo, T. Klein & T. M. Santos (Orgs.) *Povos Indígenas do Brasil: 2017-2022*. (pp. 236-239). São Paulo: Instituto Socioambiental.

Ramos, S. M., Bocarde, F., & Uehara, L.Y. (2015) Comunidades de Ariabu e Maturacá Terra Indígena Yanomami – AM. In FOIRN, *Cadernos de Gestão Territorial e Ambiental no Noroeste Amazônico – Diálogos com a PNGATI* (pp. 75-85). Manaus, AM: FOIRN.

Simonetti, S. R., & Porto, N. P. (2020). Turismo comunitário: da teoria à prática na região do rio Negro (AM). In *Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos*. Alves, K. dos S. (Org.). 1. ed. Belo Horizonte: Editora Dialética.

Simonetti, S. R., Nascimento, E. P. do & Chaves, M. do. P. S. R. (2018). Representações sociais e turismo comunitário: Um estudo em comunidades de áreas protegidas do Amazonas. In Nascimento, E. P. do, & Costa, H. A. (Orgs.), *Turismo e Sustentabilidade: verso e reverso*. (pp. 65 - 91). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Smiljanic, M.I. (2004). À sombra do Pico da Neblina. In F. Ricardo (Org.) *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições* (pp. 368-371). São Paulo: Instituto Socioambiental.

Souza, N. S., Irving, M. A., Souza, C. M., & Lima, M. A. G. (2021). Turismo étnico indígena: Balizamento conceitual, potencialidades e desafios no Brasil. *Turismo - Visão e Ação*, 23(2), 308-328. Recuperado de [10.14210/rtva.v23n2.pp308-328](https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.pp308-328)

Terra Indígena Yanomami - *Plano de Gestão Territorial e Ambiental com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana* (2019). Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami. Recuperado de <https://socioambiental.org/TIY-PGTA>

Vieira, R. C. C., & Soares, R. M. (2023) A base da Foirn: Associações Indígenas e seus atuais desafios. In F. Ricardo, T. Klein, & T. M. Santos, (Orgs.) *Povos Indígenas do Brasil: 2017-2022*. (pp. 222-225) São Paulo: Instituto Socioambiental.

Weber, M. (1977). *Economia e Sociedade. Fundamentos de la sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Casos: Planejamento e Métodos*. São Paulo: Editora Bookman.



Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025

